



UM PERPÉTUO VIR-A-SER: ESPAÇOS E SUJEITOS URBANOS EM ESTADO DE CRISE

Autores:

Maria Helena Cavalheiro - Universidade de São Paulo - lenacavalheiro@gmail.com

Resumo:

O artigo dedica-se a situar a cidade e sua arquitetura como campo de reflexão e atuação de artistas e instituições interessados na função social das artes. Através de revisão bibliográfica, a narrativa se desenvolve ao redor da ideia de que o sujeito moderno vive em um estado permanente de crise, consequência do contínuo e cada vez mais acelerado processo de transformação do espaço das cidades e dos modos de vida das sociedades urbanas. Aproximando essas noções ao campo das artes, são apresentadas ideias básicas sobre como o meio artístico pode responder ao problema colocado e auxiliar assim o sujeito urbano numa melhor compreensão da sua situação. Os autores-chave são Marshall Berman, Massimo Cacciari, Henri Lefebvre, Carl Schorske, Georg Simmel e a Internacional Situacionista.

UM PERPÉTUO VIR-A-SER

ESPAÇOS E SUJEITOS URBANOS EM ESTADO DE CRISE

[...] a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana.

Robert Ezra Park,

A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano in O Fenômeno Urbano (1967, p.25)¹

INTRODUÇÃO

O que há de fascinante por trás da pura matéria das ruas e dos edifícios e que faz arquitetos, sociólogos, economistas, filósofos, geógrafos, engenheiros, advogados, designers, escritores, cineastas, músicos, cantores, repentistas, poetas, pintores, escultores, fotógrafos, coreógrafos, bailarinos, palhaços e outros tantos intelectuais e artistas dedicarem sua imaginação à cidade? Italo Calvino, escritor italiano que produziu extensamente a partir do tema da urbe, em *Seis propostas para o novo milênio* (1990) vê no fascinante signo da cidade “possibilidades de exprimir a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado das existências humanas” (p.85). Por sua vez, o historiador britânico Joseph Rykwert, em *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no Mundo Antigo* (2006)², discorre sobre a ideia de que a concepção de cidade dos antigos romanos figurava como reflexo do universo, de modo que a fundação de cada novo assentamento constituía um ritual da afirmação da criação original do mundo. Por fim, o também italiano Giulio Carlo Argan - historiador, teórico e ex-prefeito de Roma - em *Arte Moderna* (1992) observa que “a forma da sociedade é a cidade e, ao construir a cidade, a

¹ Publicado originalmente no *American Journal of Sociology*, XX (março, 1916), pp. 577-612.

² Rykwert também é o autor de *A sedução do lugar: a História e o Futuro da Cidade* (2004), livro que também será utilizado como referência na ampliação deste texto.

sociedade constrói a si mesma” (p.269). Tais colocações situam a cidade não só como um rico campo de simbologias como também um espelho da própria sociedade.

Uma das respostas possíveis para a dedicação dos artistas e intelectuais aos temas da cidade é a tentativa de compreender o sentido da vida urbana. Indagações deste tipo surgiram com mais intensidade a partir do período em que os grandes assentamentos urbanos foram elevados à categoria de metrópole. Esse momento veio acompanhado de mudanças velozes e radicais no espaço e nos modos de vida das cidades. Tal redemoinho de transformações obrigou o sujeito urbano a criar um novo lugar para si não só no espaço da metrópole como também na nova trama de sentidos que dela derivou. Este jogo de perda e busca por referências acabou por tornar-se um pano de fundo para a vida urbana, condição em que permanece até os dias de hoje. Nas palavras de Marshall Berman em *Tudo o que é sólido desmancha no ar* (2013), a modernização veio acompanhada de um “perpétuo estado de vir-a-ser” (p.25).

O presente texto investiga, através de revisão bibliográfica, algumas das relações entre a condição existencial das grandes cidades e dos indivíduos que as habitam. A compreensão do entrelaçamento subjetivo entre espaço e sujeito urbano é fundamental para aqueles se propõe a enfrentar os desafios da modernidade³ e do “estado permanente de crise” que dela deriva.

A DUPLA IDENTIDADE

No livro *A Cidade* (2009), Massimo Cacciari aponta que nossas cidades⁴ já nascem com um conflito fundamental. Trata-se de uma dupla identidade, originária da fusão entre as culturas grega e romana, que possuíam entendimentos distintos sobre a função dos assentamentos urbanos. Para os gregos, a *pólis* era o espaço de enraizamento, ligado à origem de uma determinada população. Lugar de hábitos, costumes sociais autóctones e tradições. Por sua vez a *civitas*, de origem romana, se definia como um local de reunião de pessoas de origens distintas mas com objetivos comuns, submetidas a leis estabelecidas posteriormente à sua formação genealógica (CACCIARI, 2009).

O autor indica que a civilização ocidental funda-se principalmente a partir do ideal romano:

nós, de fato, concebemos a cidade como lugar para onde as pessoas confluem ao aceitarem e obedecerem a uma lei. O direito europeu desenvolve-se a partir dessa ideia, que procede

³ Usamos aqui a expressão “modernidade” com o sentido com que Berman o faz em seu livro: “Trata-se de uma concepção de modernismo mais ampla e mais inclusiva do que as que costumamos encontrar em obras acadêmicas” (p.11). Essa citação faz referência ao fato de que o autor considera que a “modernidade” não se restringe ao período designado por alguns historiadores como “modernismo” (final do século XIX a meados do XX), e sim a um processo mais amplo que começa com o Iluminismo e se estende até os dias de hoje.

⁴ Cacciari escreve desde uma perspectiva europeia. Mesmo assim mostra-se adequado à reflexão de um contexto mais amplo, dado que as questões fundamentais que aborda também podem ser identificadas em outras grandes cidades ocidentais, a exemplo de São Paulo.

tal e qual o direito romano. E não só o direito europeu, até a grande instituição ocidental que é a Igreja é dominada por esta ideia (CACCIARI, 2009, p.24).

No entanto essa formação também carrega a herança grega, manifestada da forma que o autor chama de “nostalgia da *pólis*, da cidade-lugar para morar” (CACCIARI, 2009, p. 24). Portanto, se de um lado há o desejo de cidade máquina, variada, eficiente, provedora de oportunidades, multicultural, por outro buscamos a cidade acolhedora, segura, seio das nossas tradições e culturas, de escala corporal. A colocação desta dicotomia nos dá a dimensão do quão intrincadas e ancestrais são as origens dos conflitos que vivemos hoje nas nossas cidades.

O URBANO

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre publicou *O direito à cidade*⁵ em Paris no emblemático ano de 1968⁶. Logo no início do livro o autor indica sua motivação: oferecer um caminho de acesso a questões que julgava dignas de análise naquele momento e naquela cidade onde vivia. Segundo Lefebvre,

o fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto se procura (LEFEBVRE, 2015, p.7).

Ao longo de sua produção entre outros o autor buscou refletir sobre aspectos imateriais da condição urbana. Segundo Lefebvre

o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia, ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, de um outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana se penetram nos campos (2015, p.19, grifos do autor).

A ideia de que na base desse “tecido” há outros fenômenos envolvidos para além da morfologia do espaço da cidade (que se aproxima da visão ampliada de Ezra Park que abre este texto), é um dos pontos de partida rumo à definição do *urbano*, conceito introduzido pelo autor em *O Direito à Cidade* e aprofundado em *A Revolução Urbana* (2008)⁷. Segundo o autor,

o urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação.

⁵ Le droit à la ville no original. No Brasil foi publicado pela primeira vez em 2001, estando atualmente em sua 5ª edição (2015).

⁶ Entre outros acontecimentos o ano de 1968 foi marcado pelas revoltas estudantis e greves operárias que tiveram seu epicentro na cidade de Paris no mês de maio e se espalharam por vários países. Para apontamentos sobre o contexto parisiense em que Lefebvre escreve ver capítulo Uma visão de Lefebvre do livro *Cidades Rebeldes* de David Harvey, *Cidades Rebeldes* (2014).

⁷ Publicado originalmente em Paris em 1970.

Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se e se incluem e se supõem enquanto reunidos. Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e não-objeto, supraconsciência e totalidade das consciências (LEFEBVRE, 2008, p.110).

O *urbano* pode, portanto, ser considerado uma espécie de *força motriz* da cidade. São construções sociais, econômicas, psicológicas e informacionais, fatores objetivos e subjetivos que ocorrem de forma simultânea e entrelaçada com o seu espaço físico, atuando não só na construção do sentido como também do próprio espaço da cidade.

METROPOLIZAÇÃO E APATIA

Seguindo a busca pela compreensão dos fenômenos urbanos, Lefebvre atribuiu à industrialização a responsabilidade pelo início do ciclo de transformações radicais às quais Paris vivia naquele momento. O advento da indústria trouxe consigo novos modos de produção, que passaram a moldar tanto o espaço quanto a vida nas cidades. Antes composta por um equilíbrio entre vida social, atividade política e trocas de mercadorias com o campo, a cidade passou a ser majoritariamente um lugar de concentração e especulação. Nessa perspectiva, a própria ideia de *uso* da cidade foi relativizada e, em grande medida, substituída pela ideia de *troca* (terra e atividades como produtos a serem explorados, capitalizados). Para Lefebvre, essa mudança apresentava um quadro negativo, pois

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso (LEFEBVRE, 2015, p.14).

O desequilíbrio entre os valores de *uso* e de *troca* na cidade encontra paralelos na disputa *pólis/civitas* apresentada por Cacciari, sendo o valor de *uso* da cidade correspondente à ideia de *pólis*, e o de *troca* à de *civitas*.

Tanto Lefebvre quanto Cacciari apontam para o aspecto da homogeneização dos usos e dos espaços ocorridos na metrópole industrial, bem como alertam para algumas de suas consequências. O novo modo de organização do território (no qual os espaços de produção e troca passam a ser os protagonistas) incorre numa redução morfológica do tecido da cidade. Grandes áreas antes ocupadas por edificações de menor porte passam a ser preenchidas por grandes galpões industriais. Por consequência, a variedade de uso dessas áreas também diminui, uma vez que as atividades que ocorriam nos pequenos edifícios são substituídas pela produção monotemática da indústria. Como consequência, a substituição dos edifícios e das atividades modificam a identidade e esvaziam a memória do local e dos seus habitantes⁸. A respeito disso Cacciari comenta que

⁸ Cacciari relaciona ainda este esvaziamento simbólico à ideia de criação de “Centros Históricos” nas grandes cidades, como uma espécie de “clínica de nossas memórias” (CACCIARI, 2009, p. 32).

desaparecem os lugares simbólicos tradicionais, sufocados pela afirmação dos lugares de troca, expressão da mobilidade, do *Nervenleben*, da vida nervosa da cidade. As novas construções são maciças, dominam, são um estorvo físico, são grandes contentores [...], cuja essência consiste, no entanto, em serem móveis, em dinamizarem a vida. São corpos que produzem uma energia mobilizadora, desestabilizadora, desenraizada (CACCIARI, 2009, p.32).

Antes de Lefebvre e Cacciari, Georg Simmel já havia apontado algumas consequências psicológicas da exposição a essa “energia desestabilizadora” decorrente do processo de formação da metrópole industrial no início do século XX. Em *A metrópole e a vida mental*, publicado pela primeira vez na Alemanha em 1903, o autor escreveu sobre o que definiu como “atitude *blasé*”, uma das características de comportamento do indivíduo metropolitano. Tal sintoma, que atingia em especial habitantes de grandes cidades, estaria ligada a três fatores preponderantes. O primeiro deles era a quantidade de estímulos ao qual o indivíduo estaria submetido naquele momento de rápidas transformações urbanas:

a atitude blasé resulta em primeiro lugar dos estímulos contrastantes que, em rápidas mudanças e compressão concentrada, são impostos aos nervos [...]. Através da rapidez e contradição de suas mudanças, impressões menos ofensivas forçam reações tão violentas, estirando os nervos tão brutalmente em uma e outra direção, que suas últimas reservas são gastas” (SIMMEL, 1973, p.16. Grifos do autor)

O segundo fator era a “natureza calculativa do dinheiro” (SIMMEL, 1973, p.14) que passara a ditar as regras de conduta da cidade:

esse estado de ânimo é fiel reflexo subjetivo da economia do dinheiro completamente interiorizada. Sendo o equivalente a todas as múltiplas coisas de uma e mesma forma, o dinheiro torna-se o mais assustador dos niveladores. Pois reduz todas as diferenças qualitativas das coisas a um simples termo: “quanto?” (SIMMEL, 1973, p. 16).

O terceiro e último fator era condição ilusoriamente facilitada da vida moderna:

por um lado, a vida se torna infinitamente fácil para a personalidade na medida em que os estímulos, interesses, empregos de tempo e consciência lhe são oferecidos de todos os lados. Eles conduzem a pessoa como se em uma corrente e mal é preciso nadar por si mesma (SIMMEL, 1973, p.24).

Para Simmel, a influência dessa combinação sobre o sujeito seria uma espécie de apatia ou um “embotamento do poder de discriminar” (SIMMEL, 1973, p.16). A menção a essa passividade crítica inerente aos modos de vida da sociedade urbana também está presente nos escritos da Internacional Situacionista⁹. Contemporâneos e conterrâneos a Lefebvre, o grupo literário também se posicionava criticamente ao processo de urbanização empreendido nas grandes cidades naquela época. Em *Outra cidade para outra vida*¹⁰ Constant - uma das

⁹ *Internationale situationniste* no original francês. É ainda reconhecida pela sigla IS, utilizada neste texto.

¹⁰ Texto publicado originalmente em francês em 1959. A versão em português integra a coletânea *Apologia da Deriva, escritos situacionistas sobre a cidade*, organizada por Paola Berenstein Jacques e publicada em 2003. Salvo quando indicado, toda produção da IS citada neste texto é parte dessa coletânea.

figuras chave do movimento ao lado de Guy-Ernest Debord – expressa de forma clara as críticas do grupo às transformações empreendidas em Paris:

Nos bairros antigos, as ruas transformaram-se em autoestradas, os lazeres são comercializados e deturpados pelo turismo. O relacionamento social tornou-se impossível. Os bairros recém-construídos apresentam dois temas dominantes: o trânsito de carros e o conforto residencial. São a minguada expressão da felicidade burguesa, esvaziada de qualquer preocupação lúdica (CONSTANT, 2003, p.114).

A descrição de Constant confere com as políticas de desenvolvimento urbano empreendidas das grandes cidades naquele momento, tanto na Europa quanto nas Américas. Sob justificativas como a necessidade de reconstrução de cidades devastadas pela guerra, de ampliação da rede urbana ou de redirecionamentos econômicos, políticas como expansão da malha rodoviária e suburbanização foram amplamente aplicadas¹¹.

Uma das chaves para compreender os escritos situacionistas é a ideia de que a transformação urbana que demandavam não viria unilateralmente de projetos desenvolvidos por arquitetos e urbanistas, modelo que estava sendo empregado no planejamento e construção das cidades naquele momento. Em oposição ao pensamento especializado da doutrina moderna, propunham o que denominaram *Urbanismo Unitário*. Em *Definições*, de autoria da IS¹², o *Urbanismo Unitário* está colocado como a “teoria do emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento” (IS, 2003, p.65)¹³.

A definição de UU (sigla utilizada pela IS para designar o Urbanismo Unitário) indica ainda a importância da *experiência* urbana. Nesse sentido, um dos principais focos de crítica dos escritos situacionistas era o que definiram como *sociedade do espetáculo*¹⁴. Uma cidade monótona, repetitiva, padronizada, sem diferença. Uma cidade na qual se depende do carro para se locomover, de máquinas para realizar tarefas do cotidiano e de bens de consumo para se sentir feliz e seguro gera indivíduos não-conscientes da própria existência. Com isso, o conceito de *sociedade do espetáculo* (que se relaciona diretamente com a apatia que Simmel define como “atitude *blasé*”) deve ser entendido não apenas como um grupo social que é constantemente estimulado por coisas da ordem do “espetacular”, mas principalmente como uma sociedade passiva em relação à própria condição vital. Aproximando-se do terreno das

¹¹ Para um panorama do contexto global deste momento, ver *A era dos extremos: o breve século XX / 1914-1991* (1994), de Eric Hobsbawm, capítulo 9 - *Os anos dourados* e 14 - *As décadas de crise*. Para um panorama do universo da arquitetura e urbanismo, ver *O futuro da arquitetura desde 1889* de Jean-Louis Cohen (2013), capítulo 23 - *Tabula rasa ou horror vacui: reconstrução e renascimento*.

¹² Publicado originalmente em 1958.

¹³ A proposta situacionista de “emprego conjunto de artes e técnicas” está alinhada às suas duras críticas de Lefebvre à especialização do *urbanismo* tal como era praticado naquele momento. Segundo o autor, o planejamento urbano da época prescindia de consciência e ação sobre fatores além dos bens de consumo ou da infraestrutura do espaço da cidade (LEFEBVRE, 2008). Como alternativa, assim como os situacionistas, o autor sustenta a necessidade de um pensamento holístico sobre a cidade, no qual “essas diferenças mentais e sociais, espaciais e temporais, destacadas da natureza, são retomadas num plano mais elevado: o de um pensamento que considera todos os elementos. O pensamento urbanístico (não estamos dizendo: o *urbanismo*), isto é, a reflexão acerca da sociedade urbana, reúne os dados estabelecidos e separados pela história” (LEFEBVRE, 2008, p.42, grifos do autor).

¹⁴ Debord desenvolve este conceito no livro *Sociedade do Espetáculo*, publicado originalmente em Paris no ano de 1997. No Brasil encontra-se na sua 2ª edição, publicada no ano de 2017.

idades, seriam indivíduos que não têm consciência da influência do espaço urbano nas suas vidas nem tem ideia de como o influenciam.

Um dos principais objetivos da IS era a reversão dessa condição de alienação à qual os habitantes de grandes cidades como Paris se encontravam. Para isso, defendiam o resgate da ideia de jogo e do lúdico na vida urbana¹⁵, visando uma mudança de percepção sobre o uso do tempo e do espaço das cidades. Entre outras estratégias, parte de sua extensa produção escrita dedicava-se ao tema da *construção de situações*¹⁶, conjunto de exercícios de viés formativo, relacionados ao espaço das cidades. Além das conhecidas derivas urbanas¹⁷ propunham atividades cuja descrição se aproximava de vivências do cotidiano¹⁸ ou ainda propostas cuja realização estaria reservada apenas à imaginação do leitor¹⁹.

Independentemente da natureza das propostas, o objetivo principal da *construção de situações* era claro: oferecer a possibilidade do desenvolvimento de um espírito crítico sobre o espaço e a vida nas cidades, auxiliando assim no desenvolvimento de autonomia de pensamento dos participantes.

A situação é feita de modo a ser vivida por seus construtores. O papel do “público”, se não passivo pelo menos de mero figurante, deve ir diminuindo, enquanto aumenta o número dos que já não serão mais chamados de atores mas, num sentido novo do termo, vivenciadores (DEBORD, 1958, p.62).

O “REEMBARALHAMENTO DO EU”

Se por um lado as transformações radicais do espaço urbano ao longo do século XX decorreram de necessidades objetivas (acomodar os novos equipamentos de produção da indústria; reconstruir cidades arrasadas pela guerra; redirecionar investimentos econômicos), por outro tais mudanças também podem ter origem em necessidades simbólicas. Um exemplo foi a *Ringstrasse*, operação urbana realizada no final do século XIX em Viena, Áustria. Construído em um vazio urbano entre a antiga cidade medieval (habitada pela aristocracia vienense) e a periferia (zona de expansão industrial e de habitação operária), foi voltada a

¹⁵ Ver ainda *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*, de Johan Huizinga.

¹⁶ Em *Definições – Situação construída: momento da vida, concreta e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos* (IS, 2003, p.65).

¹⁷ Expedições exploratórias realizadas pelo grupo em grandes cidades europeias. Em *Definições – “Deriva: Modo de comportamento experimental ligado às condições da sociedade urbana: técnica de passagem rápida por ambiências variadas. Diz-se também, mais particularmente, para designar a duração de um exercício contínuo dessa experiência”* (IS, 2003, p.65). Suas origens remontam as expedições realizadas pelos grupos dadaístas e surrealistas em décadas anteriores. Ver o capítulo II. ANTI-WALK do livro *Walkscapes: o caminhar como prática estética* de Francesco Careri.

¹⁸ Em *Introdução à crítica da geografia urbana*, publicado originalmente na *Potlatch nº1*, Debord apresenta o “Jogo psicogeográfico da semana”, que em nada se diferencia de uma rotina da vida comum: “Em função do que você procura, escolha uma região, uma cidade de razoável densidade geográfica, uma rua com certa animação. Construa uma casa. Arrume a mobília. Capriche na decoração e em tudo que a completa. Escolha a estação e a hora. Reúna as pessoas mais aptas, os discos e as bebidas convenientes. A iluminação e a conversa devem ser apropriadas, assim como o que está em torno ou suas recordações. Se não houver falha no que você preparou, o resultado será satisfatório” (DEBORD, 1955, p.40).

¹⁹ Também em *Introdução à crítica da geografia urbana* Debord apresenta outra sugestão: “que se juntassem ao acaso [...] todas as estátuas equestres de todas as cidades numa única planície deserta. Isso ofereceria aos visitantes – o futuro a eles pertence – o espetáculo de uma investida sintética de cavalaria, que poderia ser dedicada à lembrança dos maiores exterminadores da História, de Tamerlan a Ridgway. Ressurge aqui uma das principais exigências de nossa geração: o valor educativo” (DEBORD, 2003, p.42).

suprir as demandas não só por espaço como também por representação de uma nova classe: a burguesia industrial.

A modernização tardia e acelerada da cidade austríaca tornou-se símbolo da cultura e política liberais vienenses. Não menos ambiciosa do que em outras capitais europeias foi, no entanto, um processo contraditório. Se por um lado buscava atender aos desejos de integração sócio-espacial da nova classe, por outro lado foi um projeto marcado pela segregação. Em *As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina*²⁰, Richard Morse comenta que

o boulevard em círculo amputava a cidade de seus subúrbios e suprimia as grandes perspectivas em benefício do fluxo circular. [...] Com isso “os urbanistas traduziram em termos físicos as diretrizes políticas implícitas de tempo e lugar: monumentalidade sem coordenação central, mobilidade espacial sem integração social (MORSE, 1995, p.209).

O processo abrupto de transformação urbana, aliado às disputas econômicas e ideológicas entre classes, naturalmente afetou o campo cultural. Segundo Morse os artistas

se julgavam sem as ferramentas ou o idioma de diagnóstico em um mundo em que explodiam sintomas: antissemitismo, elevada taxa de suicídios, rígidas convenções sexuais, sentimentalidade nas artes, ambiguidade política, nacionalismos divisores. [...] A situação exigia não persuasão ou ideologia, ou mesmo análise, e sim, de maneira mais fundamental, uma ou várias linguagens que pudessem reestabelecer o intercâmbio entre as circunstâncias e as ideés reques (MORSE, 1995, p.209)

Em *Viena fin-de-siecle – política e cultura* Carl Schorske aprofunda as consequências psicológicas desta “perda de referências” a que Morse se refere como “falta de ferramentas” ou “idioma de diagnóstico”. Segundo Schorske

compreender a morte da história também interessa ao psicanalista. Ao nível mais óbvio, ele veria na profunda ruptura de um laço com o passado uma revolta da geração contra seus pais e uma busca de novas identidades. Num nível mais complexo, o “modernismo” emergente tendeu a assumir a forma específica do que Heinz Kohut chamou, em outro contexto, de “reembaralhamento do eu”. Aqui a transformação histórica, além de obrigar o indivíduo a buscar uma nova identidade, também impõe a grupos sociais inteiros a tarefa de rever ou substituir sistemas de crenças já mortos. Paradoxalmente, o esforço de lançar fora os grilhões da história acelerou os processos históricos, pois a indiferença por qualquer relação com o passado libera a imaginação, permitindo que proliferem novas formas e novas construções (SCHORSKE, 1990, p.14).

²⁰ Publicado originalmente em 1984 no *Journal of Urban History*, vol.10, nº4, agosto de 1984. No Brasil, foi publicado em 1995 na revista *Estudos Históricos*, Vol. 8, Nº16, no Rio de Janeiro. Traduzido por Francisco de Castro Azevedo e revisado por Dora Rocha e Gilberto Velho. Em 2016 Adrian Gorelik e Fernanda Arêas Peixoto publicaram em Buenos Aires o livro *Ciudades Sudamericanas como Arenas Culturales*, orientada pelo conceito de *arena cultural* definido por Morse. O livro é uma coletânea de 25 textos que tem em comum a “sensibilidade frente às múltiplas dimensões da vida urbana nas cidades sul-americanas” (GORELIK; PEIXOTO, 2016, p.13). Entre os campos de abordagem estão o da história cultural, história da arquitetura, antropologia, sociologia, crítica literária e estudos culturais. A partir da leitura de Morse, Gorelik e Peixoto definem a figura *arena cultural* como ideia da “cidade simultaneamente como lugar de germinação, de experimentação e de combate cultural” (GORELIK; PEIXOTO, 2016, p.11).

O caso de Viena é paradigmático para entendermos a ambiguidade inerente à ideia de modernidade. Se por um lado a cidade foi um “mundo em que explodiam sintomas”, por outro lado desse mesmo contexto emergiram reformulações pioneiras nos campos das artes, da psicologia, da literatura, da filosofia, da música, da linguística e da arquitetura²¹, que influenciam gerações até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto quanto as cidades, os indivíduos que nela habitam também são habitados por conflitos e contradições. Sobre isso, logo nas primeiras páginas de *Tudo o que é sólido desmancha no ar* (2013), Marshall Berman oferece uma síntese muito precisa sobre a condição vital a que o indivíduo moderno está sujeito:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz (BERMAN, 2013, p.22).

Schorske publica *Viena fin-de-siecle* pela primeira vez em 1961 nos Estados Unidos. De modo similar ao que Lefebvre fez em *O direito à cidade*, o autor retrocedera ao início do século na busca por compreender o momento presente da sociedade em que vivia, marcada pela crise econômica, pela depressão social e por políticas de estado ultraconservadoras (SCHORSKE, 1990). Da mesma forma Cacciari retomou conceitos filosóficos ancestrais para analisar a Europa do início da década de 90 e Berman realizou uma ampla análise sobre o tema da modernidade para compreender o que se passava na sua época. Simmel e os situacionistas por sua vez olharam criticamente para o seu próprio tempo, buscando entender de que forma as transformações das cidades impactavam na vida e no comportamento dos indivíduos. Independentemente do recorte de seus estudos e do momento em que escreveram, todos perseguiram o mesmo objetivo: compreender e dar sentido à condição moderna que é, indubitavelmente, urbana. Nesse sentido, os dias de hoje tornaram ainda mais complexa esta tarefa. A velocidade e a amplitude de transformações oferecidas pelo desenvolvimento tecnológico, aliadas à lógica capitalista 24/7 de produção e consumo incessantes, à expansão desenfreada da malha urbana e à aceleração vertiginosa dos deslocamentos informacionais aumentam dia após dia as dificuldades de compreensão de sentidos possíveis para existência urbana.

Mais do que nunca torna-se essencial identificar possibilidades de fissura dessa condição de crise. Nesse sentido os autores aqui abordados nos dão pistas sobre como

²¹ Artistas e intelectuais como Gustav Klimt, Freud, Wittgenstein, Schoenberg, Adolf Loos, Camilo Sitte viveram e produziram em Viena neste momento da história.

enfrentar este problema. Cacciari, referindo-se a como lidar com a condição de conflito atávico *pólis/civitas* que a formação urbana carrega, aponta para o fato de que a história mostra que a opção por apenas um desses desejos não se sustenta por muito tempo. Quando a cidade se torna eficiente em excesso, há a evasão; quando se torna demasiadamente bucólica, logo tratamos de explorá-la e torna-la máquina. Assim, o autor alerta para o fato de que buscar eliminar o conflito na cidade é “má utopia”: ao invés disso é necessário dar-lhe forma, dar-lhe vazão (CACCIARI, 2009). A afirmação de Cacciari - que dialoga com a síntese sobre a natureza contraditória do sujeito moderno colocada por Berman - pode ser entendida como uma provocação sobre como lidamos com as diferenças que encontramos nos espaços e na vida das nossas cidades. Se o conflito pode ser um indicador de equilíbrio urbano, por que insistimos em eliminá-lo?

Lefebvre por sua vez aponta para a importância de um pensamento que esteja à altura da condição *urbana*. Para tal o autor propõe uma abordagem que reverta a “separação entre *Physis* e *Logos* (a teoria e a prática), [bem como] as separações entre a *praxis* (ação entre os grupos humanos), *poésis* (criação de obras) e *tecné* (atividades técnicas)” (LEFEBVRE, 2015, pg.36). A respeito disso Rob Shields em *The virtuality of Urban Culture: Blanks, Dark Moments, and Blind Fields* (2014), traça um importante paralelo entre a ideia de *urbano* e o de *pensamento urbanístico*. Shields relembra que o *urbano* é um

meio de interconexão que permite que objetos e processos variados se coordenem dentro de um todo (a cidade), e que não se limita a questões de zoneamento, planejamento espacial e ergonomia, mas também de tensões e equilíbrios no campo da ética e da estética (SHIELDS, 2014, p.52. Tradução e grifos nossos).

Portanto,

reconhecer o *urbano* como o aspecto virtual da cidade desvela o intangível para a análise das Ciências Sociais. Isso não é apenas uma questão de abstração mas sim de ruptura com a dualidade que opõe materialismo e idealismo. [...] Entender o *urbano* como o aspecto virtual da cidade concreta nos permite uma análise crítica do trabalho com o material e nos encoraja a teorizar melhor sobre os indomáveis mas cruciais aspectos da cidade, como as ideias de comunidade e as relações entre públicos, esfera pública e espaços públicos (2014, p.54. Tradução e grifos nossos).

As colocações acima reforçam a importância de um entendimento ampliado dos elementos que compõe a cidade e da importância da produção intelectual e artística que se desenvolve baseada nesta premissa. A necessidade de realizar um borramento de fronteiras está colocada. Para um melhor entendimento e atuação nos tempos e contexto em que vivemos é necessário seguir eliminando barreiras entre lugar e ideia, entre teoria e prática, entre áreas do conhecimento. Nesse sentido as práticas artísticas contemporâneas podem ser úteis. Como uma espécie de “ciência social nômade”, a arte atua como um veículo que atravessa (e portanto conecta) as outras disciplinas do saber e fazer urbanos.

Por fim, Simmel e os situacionistas nos alertam que é necessário encontrar meios de reagir à tendência homogeneizadora que o turbilhão capitalista impõe à vida urbana. Aqui

cabe destacar o papel fundamental de ações que estimulem o aprimoramento crítico dos indivíduos em relação à formação e ao uso do espaço das cidades. Mais uma vez a arte, com seus exercícios de deslocamento de sentido e seus jogos simbólicos pode nos auxiliar a encontrar novos valores e caminhos nesse constante processo de “reembaralhamento” que a modernidade urbana nos impõe. Em *Teses sobre a Revolução Cultural*, Debord nos traz uma importante lição a esse respeito: “arte pode deixar de ser um relato sobre as sensações para tornar-se uma organização direta de sensações superiores. Trata-se de produzirmos a nós mesmos e não a coisas que nos escravizem” (2003, p.72).

REFERENCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**: Do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CACCIARI, Massimo. **A cidade**. 4. ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009. 76 p.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: G. Gili, 2013. Prefácio de Paola Berenstein Jacques.

COHEN, Jean-louis. **O futuro da arquitetura desde 1889**: Uma história mundial. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas. Introducción. Cultura y perspectiva urbana. In: GORELIK, Adrián et al. **CIUDADES SUDAMERICANAS COMO ARENAS CULTURALES**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2016. p. 10-19.

HARVEY, David. Prefácio: A visão de Henri Lefebvre. In: HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 9-24. Tradução Jeferson Camargo.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: O jogo como elemento da cultura. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. **Apologia da deriva**: escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 176 p. Publicado originalmente em Paris, 1970. Tradução de Sérgio Martins.

_____, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2015. Publicado originalmente em 1968.

MORSE, Richard M.. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.205-225, 1995. Quadrimestral. Texto publicado originalmente no Journal of Urban History, vol.10, nº4, ago 1984.

PARK, Robert. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25-66.

RIKWERT, Joseph. **A ideia de cidade**: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no Mundo Antigo. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SCHORSKE, Carl E.. **Viena Fin-de-Siècle**: Política e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 373 p. Tradução Denise Bottmann.

SHIELDS, Rob. The virtuality of Urban Culture: Blanks, Dark Moments, and Blind Fields. In: DARROCH, Michael; MARCHESSAULT, Jasmine. **Cartographies of Place**: Navigating the Urban. Quebec: Mcgill-queen’s University, 2014. p. 41-54.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 11-25.